

RENNAN THAMAY

PROCESSO  
CONSTITUCIONAL

*Do processo civil aos  
demais ramos processuais*

De acordo com a EC 125/2022 e as Leis 14.195/2021, 14.133/2021, 14.010/2020 e 13.874/2019, a Jurisprudência do STF e do STJ, os Enunciados do Conselho da Justiça Federal e do Fórum Permanente de Processualistas Cívis

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Hammond, Caroline Dubovicki, Michelle Kwan e Thabata Flausino Almeida

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Thamay, Rennan  
Processo constitucional : do processo civil aos demais ramos processuais  
/ Rennan Tamay. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0452-4

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil 3. Direito processual 4. Direito processual - Brasil I. Título.

22-134249

CDU-342:347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo constitucional : Direito 342:347.9(81)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| AGRADECIMENTOS .....  | 7         |
| APRESENTAÇÃO .....  | 9         |
| <b>1. PROCESSO, DEMOCRACIA, HERMENÊUTICA E PODER JUDICIÁRIO ....</b>                              | <b>23</b> |
| 1.1. Introdução.....  | 23        |
| 1.2. A democracia: aspectos relevantes.....   | 24        |
| 1.3. Democracia e garantias constitucionais do processo .....                                     | 32        |
| 1.4. O princípio democrático e o acesso à jurisdição constitucional.....                          | 36        |
| 1.5. A legitimidade restrita para propositura das ações do controle concentrado.....              | 39        |
| 1.6. A eficácia vertical dos direitos fundamentais e sua aplicação nas relações horizontais ..... | 42        |
| 1.6.1. A teoria da negação da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....       | 46        |
| 1.6.2. A teoria da eficácia mediata ou indireta dos direitos fundamentais .....                   | 48        |
| 1.6.3. A teoria da eficácia direta ou imediata dos direitos fundamentais .....                    | 49        |
| 1.7. Crise do Estado, da Constituição e a Hermenêutica.....                                       | 51        |
| 1.7.1. Crise do atual modelo de Estado .....  | 51        |
| 1.7.2. Crise da Constituição.....   | 54        |
| 1.7.3. A crise do direito processual.....   | 58        |
| 1.7.4. Hermenêutica e superação das complexidades.....  | 64        |
| 1.7.4.1. Do procedimentalismo ao substancialismo: qual a melhor saída? .....                      | 68        |
| 1.7.5. A superação da crise do Processo revelada através da Hermenêutica .....                    | 72        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>2. ELEMENTOS DO PROCESSO CONSTITUCIONAL.....</b>            | <b>79</b>  |
| 2.1. Teoria do Processo .....                                  | 79         |
| 2.1.1. Introdução .....  | 79         |
| 2.2. Princípios .....  | 80         |
| 2.2.1. Aspectos gerais.....                                    | 80         |
| 2.2.2. Princípio do acesso à justiça.....                      | 81         |
| 2.2.3. Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.....  | 87         |
| 2.2.4. Princípio do juiz natural .....                         | 90         |
| 2.2.5. Princípio da imparcialidade .....                       | 92         |
| 2.2.6. Princípio da ação.....                                  | 92         |
| 2.2.7. Princípio do contraditório.....                         | 95         |
| 2.2.8. Princípio da publicidade .....                          | 99         |
| 2.2.9. Princípio da licitude das provas.....                   | 101        |
| 2.2.10. Princípio da persuasão racional.....                   | 103        |
| 2.2.11. Princípio do Devido Processo Legal .....               | 105        |
| 2.2.12. Princípio da representação por advogado.....           | 108        |
| 2.2.13. Princípio do controle hierárquico .....                | 109        |
| 2.2.14. Princípio da universalidade da jurisdição.....         | 111        |
| 2.2.15. Princípio da participação .....                        | 112        |
| 2.2.16. Princípio da cooperação.....                           | 113        |
| 2.2.17. Princípio da motivação .....                           | 116        |
| <b>3. JURISDIÇÃO.....</b>                                      | <b>119</b> |
| 3.1. Introdução: aspectos iniciais e conceituais .....         | 119        |
| 3.2. A jurisdição como atividade de substituição .....         | 120        |
| 3.3. A coisa julgada como característica da jurisdição .....   | 121        |
| 3.4. Jurisdição e lide .....                                   | 123        |
| 3.5. Jurisdição e imparcialidade.....                          | 124        |
| 3.6. Jurisdição voluntária .....                               | 126        |
| 3.7. Jurisdição e direito objetivo .....                       | 132        |
| 3.8. Jurisdição e competência.....                             | 139        |
| 3.9. Novos contornos da jurisdição .....                       | 144        |
| 3.10. Jurisdição e atualidade: algumas constatações.....       | 145        |
| <b>4. FUNDAMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b> | <b>147</b> |
| 4.1. O guardião da Constituição em Carl Schmitt.....           | 147        |
| 4.2. O guardião da Constituição em Hans Kelsen .....           | 153        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| 4.3.       | O guardião da Constituição na realidade brasileira.....                 | 156        |
| 4.4.       | Controle de constitucionalidade.....                                    | 159        |
| 4.4.1.     | Conceituação .....  | 159        |
| 4.4.2.     | Breves informações de sistemas de controle de constitucionalidade.....  | 161        |
| 4.4.3.     | Inconstitucionalidade .....   | 165        |
| 4.4.3.1.   | Inconstitucionalidade formal.....                                       | 165        |
| 4.4.3.2.   | Inconstitucionalidade material .....                                    | 166        |
| 4.4.3.3.   | Inconstitucionalidade e seus demais elementos...                        | 166        |
| 4.4.4.     | Formas de controle de constitucionalidade.....                          | 168        |
| 4.4.4.1.   | Controles preventivo e repressivo .....                                 | 168        |
| 4.4.4.2.   | Controles: político, judiciário e misto.....                            | 170        |
| 4.4.5.     | Controle judicial .....   | 171        |
| 4.4.5.1.   | Controle judicial difuso .....  | 172        |
| 4.4.5.2.   | Controle judicial abstrato .....  | 174        |
| 5.         | <b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO .....</b>                   | <b>177</b> |
| 5.1.       | O controle de constitucionalidade no direito brasileiro .....           | 177        |
| 5.1.1.     | Aspectos históricos do Supremo Tribunal Federal .....                   | 178        |
| 5.1.2.     | O controle de constitucionalidade abstrato como processo objetivo ..... | 183        |
| 5.1.3.     | O controle abstrato e as Leis nº 9.868/99 e nº 9.882/99 .....           | 187        |
| 5.1.4.     | Tipos de ações no controle abstrato.....                                | 189        |
| 5.1.4.1.   | Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) .....                        | 189        |
| 5.1.4.1.1. | Competência.....  | 193        |
| 5.1.4.1.2. | Legitimados .....   | 193        |
| 5.1.4.1.3. | Procedimento.....   | 198        |
| 5.1.4.1.4. | Concessão de medida cautelar .....                                      | 199        |
| 5.1.4.1.5. | Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....                     | 200        |
| 5.1.4.1.6. | Demais pontos relevantes: inovações.....                                | 204        |
| 5.1.4.2.   | Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....             | 208        |
| 5.1.4.2.1. | Competência.....  | 211        |
| 5.1.4.2.2. | Legitimados .....   | 211        |
| 5.1.4.2.3. | Procedimento.....   | 211        |
| 5.1.4.2.4. | Concessão de medida cautelar .....                                      | 212        |

|      |            |  |     |
|------|------------|--|-----|
|      | 5.1.4.2.5. | Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade por Omissão .....   | 213 |
|      | 5.1.4.3.   | Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....   | 215 |
|      | 5.1.4.3.1. | Competência .....  | 220 |
|      | 5.1.4.3.2. | Legitimados .....  | 220 |
|      | 5.1.4.3.3. | Procedimento .....   | 221 |
|      | 5.1.4.3.4. | Concessão de medida cautelar .....   | 221 |
|      | 5.1.4.3.5. | Efeitos da declaração de inconstitucionalidade por omissão .....   | 222 |
|      | 5.1.4.4.   | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) .....  | 224 |
|      | 5.1.4.4.1. | Competência .....  | 229 |
|      | 5.1.4.4.2. | Legitimados .....  | 231 |
|      | 5.1.4.4.3. | Procedimento .....   | 231 |
|      | 5.1.4.4.4. | Concessão de medida cautelar .....   | 232 |
|      | 5.1.4.4.5. | Efeitos da decisão da ADPF .....   | 233 |
| 6.   |            | <b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO</b> .....  | 237 |
| 6.1. |            | Aspectos gerais .....  | 237 |
| 6.2. |            | Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade no controle difuso .....  | 239 |
| 6.3. |            | Abstrativização do controle difuso? .....  | 241 |
| 6.4. |            | Recurso Extraordinário .....   | 244 |
|      | 6.4.1.     | Esgotamento das vias ordinárias .....  | 245 |
|      | 6.4.2.     | Não cabe reexame de prova .....  | 245 |
|      | 6.4.3.     | Inexistência automática de efeito suspensivo ao recurso extraordinário .....   | 246 |
|      | 6.4.4.     | Cabimento .....  | 246 |
|      | 6.4.5.     | Procedimento e processamento .....   | 247 |
|      | 6.4.5.1.   | Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial .....   | 250 |
|      | 6.4.5.2.   | Da repercussão geral .....   | 251 |
|      | 6.4.6.     | O Recurso Extraordinário brasileiro como instrumento de aproximação entre os sistemas de controle de constitucionalidade ..... | 252 |
|      | 6.4.7.     | Julgamento do recurso extraordinário repetitivo .....  | 256 |
| 6.5. |            | Agravo em Recurso Extraordinário .....   | 259 |
|      | 6.5.1.     | Cabimento .....  | 259 |
|      | 6.5.2.     | Procedimento e processamento .....   | 260 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>7. ATIVISMO JUDICIAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: (DES) CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>          | <b>261</b> |
| 7.1. Aspectos introdutórios .....   | 261        |
| 7.2. Ativismo judicial e judicialização da política .....   | 266        |
| 7.3. O controle judicial e a concretização de políticas públicas.....   | 272        |
| 7.4. O controle judicial de políticas públicas realizado pelo Supremo Tribunal Federal .....                                | 273        |
| 7.5. Limites ao controle judicial de políticas públicas?!.....  | 295        |
| 7.6. Critérios processuais de autocontenção ( <i>standing to sue, a ripeness, a mootness e a political question</i> ) ..... | 301        |
| <b>8. SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....</b>  | <b>303</b> |
| 8.1. Precedentes .....  | 303        |
| 8.1.1. Conceito de precedentes .....  | 304        |
| 8.1.2. Sistema de precedentes à brasileira e a influência do CPC.....   | 307        |
| 8.1.2.1. A fundamentação e estrutura dos precedentes .....  | 309        |
| 8.1.2.2. A força dos precedentes e o Poder Judiciário.....  | 311        |
| 8.1.2.2.1. Os precedentes e a inconstitucionalidade .....   | 313        |
| 8.1.2.3. Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes.....  | 314        |
| 8.1.2.4. Influência, efeitos e superação dos precedentes ...  | 316        |
| 8.1.2.5. Conflito entre precedentes.....  | 318        |
| 8.2. Reclamação e o descumprimento dos precedentes .....  | 319        |
| 8.2.1. Generalidades .....  | 319        |
| 8.2.2. Natureza jurídica .....  | 321        |
| 8.2.3. Classificação da reclamação .....  | 325        |
| 8.2.4. Cabimento .....  | 326        |
| 8.2.5. Sujeitos da reclamação .....   | 327        |
| 8.2.6. Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação .....   | 329        |
| <b>9. ESTABILIDADE DAS DECISÕES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL....</b>  | <b>331</b> |
| 9.1. A estabilidade das decisões judiciais.....   | 331        |
| 9.1.1. Segurança jurídica e a paz social.....   | 336        |
| 9.1.2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais.....   | 340        |
| 9.1.2.1. A coisa julgada .....  | 341        |
| 9.1.2.2. A preclusão .....  | 349        |
| 9.1.2.3. O trânsito em julgado.....   | 351        |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| 9.1.3.     | A inexistência de coisa julgada e o controle abstrato: primeiras reflexões.....   | 353        |
| 9.1.4.     | Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais no controle abstrato .....  | 368        |
| 9.1.4.1.   | A preclusão .....   | 368        |
| 9.1.4.2.   | O trânsito em julgado.....  | 370        |
| 9.2.       | A estabilização das decisões: segurança jurídica e paz social.....  | 371        |
| <b>10.</b> | <b>A COISA JULGADA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO.....</b>   | <b>373</b> |
| 10.1       | Introdução.....   | 373        |
| 10.2       | Processo subjetivo .....  | 373        |
| 10.3       | Aspectos do controle difuso.....  | 374        |
| 10.4       | Da formação e relativização da coisa julgada .....  | 377        |
| 10.5.      | Situações de relativização da coisa julgada.....  | 379        |
| <b>11.</b> | <b>A COISA JULGADA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO .....</b>  | <b>383</b> |
| 11.1.      | Introdução.....   | 383        |
| 11.2.      | Inexistência de coisa julgada no controle de constitucionalidade abstrato.....  | 383        |
| 11.2.1.    | Natureza jurídica da decisão .....  | 383        |
| 11.2.2.    | Eficácias das decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade abstrato .....                          | 385        |
| 11.2.3.    | Fundamentos para a inexistência de coisa julgada .....  | 387        |
| 11.2.3.1.  | Controle de constitucionalidade como processo objetivo: especificidade do processo de natureza não subjetiva.....                     | 389        |
| 11.2.3.2.  | Inaplicabilidade subsidiária do Código de Processo Civil ao controle de constitucionalidade abstrato em relação à coisa julgada ..... | 391        |
| 11.2.3.3.  | Inexistência de partes, e sim de legitimados.....   | 396        |
| 11.2.3.4.  | Inexistência da tríplice identidade ( <i>tre eadem</i> ) no processo objetivo: ausência de partes e variação da causa de pedir.....   | 409        |
| 11.2.3.5.  | Inexistência de lide .....  | 418        |
| 11.2.3.6.  | Inexistência de vinculação do Supremo Tribunal Federal ao seu julgamento .....  | 423        |
| 11.2.3.7.  | Inexistência de imutabilidade e indiscutibilidade nas decisões do Supremo Tribunal Federal.....                                       | 432        |

|              |   |            |
|--------------|---|------------|
| 11.2.3.8.    | A diferença entre trânsito em julgado e coisa julgada .....   | 439        |
| 11.2.3.9.    | A diferença entre efeito vinculante e coisa julgada .....   | 443        |
| 11.2.3.10.   | A diferença entre eficácia erga omnes e coisa julgada .....   | 446        |
| 11.2.3.11.   | A interpretação conforme a Constituição como fator de modificação e atualização das decisões do Supremo Tribunal Federal..... | 450        |
| 11.2.3.12.   | Atuação do Supremo Tribunal Federal como legislador negativo ou até positivo: incompatibilidade com a coisa julgada.....      | 452        |
| 11.2.3.13.   | Balizamento doutrinário para a definição da inexistência da coisa julgada: confrontos doutrinários e tomada de posição.....   | 460        |
| 11.2.3.14.   | Mudança de posicionamento: crítica à relativização da coisa julgada no controle de constitucionalidade abstrato .....         | 479        |
| 11.2.3.14.1. | Da não formação da coisa julgada no controle de constitucionalidade abstrato .....  | 480        |
| 11.2.3.14.2. | Crítica à tese da relativização da coisa julgada no controle de constitucionalidade abstrato .....                            | 482        |
| 11.2.4.      | Decisões que o estudo compreende como passíveis de não se configurar a coisa julgada.....                                     | 487        |
| 11.2.4.1.    | Anterior declaração de constitucionalidade e posterior declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo .....   | 487        |
| 11.2.4.2.    | Anterior declaração de inconstitucionalidade e posterior declaração de constitucionalidade .....                              | 491        |
| 11.2.4.3.    | Anterior declaração de (des)cumprimento de preceito fundamental e posterior possibilidade de modificação da declaração.....   | 502        |
| <b>12.</b>   | <b>AÇÕES CONSTITUCIONAIS .....</b>  | <b>505</b> |
| 12.1.        | A reclamação .....  | 505        |
| 12.1.1.      | Generalidades .....   | 505        |
| 12.1.2.      | Natureza jurídica .....   | 507        |
| 12.1.3.      | Classificação .....   | 510        |
| 12.1.4.      | Cabimento .....   | 511        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 12.1.5.   | Sujeitos da reclamação .....                     | 512 |
| 12.1.6.   | Procedimento, julgamento e efeitos .....         | 514 |
| 12.2.     | Mandado de Segurança .....                       | 515 |
| 12.2.1.   | Aspectos iniciais.....                           | 515 |
| 12.2.2.   | Sujeitos do mandado de segurança.....            | 517 |
| 12.2.2.1. | Impetrante .....                                 | 517 |
| 12.2.2.2. | Autoridade coatora .....                         | 521 |
| 12.2.2.3. | Autoridade coatora e competência.....            | 524 |
| 12.2.3.   | Direito líquido e certo .....                    | 525 |
| 12.2.3.1. | Mandado de segurança e prova .....               | 525 |
| 12.2.3.2. | Ilegalidade e abuso de poder .....               | 532 |
| 12.2.4.   | Prazo decadencial (120 dias).....                | 535 |
| 12.2.5.   | Mandado de segurança preventivo .....            | 539 |
| 12.3.     | Mandado de Injunção .....                        | 545 |
| 12.3.1.   | Considerações iniciais.....                      | 545 |
| 12.3.2.   | Origens .....                                    | 547 |
| 12.3.3.   | Objeto e finalidades.....                        | 550 |
| 12.3.4.   | Pressupostos .....                               | 555 |
| 12.3.5.   | Mandado de injunção e Mandado de segurança ..... | 555 |
| 12.3.6.   | Competência .....                                | 555 |
| 12.3.7.   | Procedimento.....                                | 556 |
| 12.3.8.   | Legitimidade .....                               | 557 |
| 12.3.9.   | Mandado de injunção coletivo .....               | 558 |
| 12.3.10.  | Natureza do provimento .....                     | 559 |
| 12.4.     | <i>Habeas Data</i> .....                         | 562 |
| 12.4.1.   | Considerações iniciais.....                      | 562 |
| 12.4.2.   | Origens .....                                    | 563 |
| 12.4.3.   | Objeto e finalidades.....                        | 563 |
| 12.4.4.   | Competência .....                                | 564 |
| 12.4.5.   | Procedimento.....                                | 566 |
| 12.4.6.   | Legitimidade .....                               | 568 |
| 13.       | <b>ACÇÕES COLETIVAS</b> .....                    | 569 |
| 13.1.     | Princípios do processo coletivo .....            | 569 |
| 13.1.1.   | Aspectos introdutórios.....                      | 569 |
| 13.1.2.   | Princípios.....                                  | 573 |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| 13.1.2.1.   | Princípio do devido processo legal coletivo .....                                    | 575 |
| 13.1.2.2.   | Princípio do acesso à justiça.....   | 578 |
| 13.1.2.3.   | Princípio da universalidade da jurisdição .....                                      | 579 |
| 13.1.2.4.   | Princípio de participação .....  | 580 |
| 13.1.2.5.   | Princípio da ação.....   | 581 |
| 13.1.2.6.   | Princípio do impulso oficial.....  | 582 |
| 13.1.2.7.   | Princípio da economia .....  | 583 |
| 13.1.2.8.   | Princípio da instrumentalidade das formas.....                                       | 584 |
| 13.1.2.8.1. | Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo .....           | 585 |
| 13.1.2.9.   | Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva .....                             | 587 |
| 13.1.2.10.  | Princípio do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva ..... | 587 |
| 13.1.2.11.  | Princípio da reparação integral do dano.....   | 589 |
| 13.1.2.12.  | Princípio da não-taxatividade .....  | 589 |
| 13.1.2.13.  | Princípio do ativismo judicial .....   | 590 |
| 13.2.       | Direitos difusos.....  | 592 |
| 13.3.       | Direitos coletivos.....  | 593 |
| 13.4.       | Direitos individuais homogêneos .....  | 594 |
| 13.5.       | Aspectos relativos à tutela desses direitos .....                                    | 597 |
| 13.6.       | Aspectos da coisa julgada no Código de Processo Civil .....                          | 597 |
| 13.7.       | Aspectos da coisa julgada no Código do Consumidor .....                              | 619 |
| 13.7.1.     | Coisa julgada e direitos difusos .....   | 619 |
| 13.7.2.     | Coisa julgada e direitos coletivos .....   | 625 |
| 13.7.3.     | Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....                                 | 626 |
| 13.7.4.     | Da suspensão das ações individuais (art. 104).....                                   | 630 |
| 13.7.5.     | Aplicabilidade do sistema do Código do Consumidor.....                               | 630 |
| 13.8.       | Ação civil pública .....   | 630 |
| 13.8.1.     | Aspectos introdutórios.....  | 630 |
| 13.8.2.     | Cabimento .....  | 631 |
| 13.8.3.     | Legitimidade .....   | 631 |
| 13.8.4.     | Procedimento.....  | 633 |
| 13.8.5.     | Decisão e seus efeitos .....   | 634 |
| 13.9.       | Ação popular .....   | 639 |
| 13.9.1.     | Aspectos introdutórios.....  | 639 |
| 13.9.2.     | Cabimento .....  | 640 |
| 13.9.3.     | Legitimidade.....  | 640 |

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| 13.9.4.    | Procedimento.....  | 642        |
| 13.9.5.    | Decisão e seus efeitos .....   | 643        |
| 13.10.     | Mandado de segurança coletivo.....   | 644        |
| 13.10.1.   | Da efetiva pertinência temática .....  | 648        |
| 13.10.2.   | Elementos iniciais .....   | 650        |
| 13.10.3.   | Legitimidade ativa.....  | 653        |
| 13.10.4.   | Coisa julgada.....   | 654        |
| <b>14.</b> | <b>APLICAÇÕES PRÁTICAS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL<br/>BRASILEIRA .....</b>   | <b>657</b> |
| 14.1.      | O recurso extraordinário como instrumento de unificação dos modelos<br>de controle de constitucionalidade no Brasil .....  | 657        |
| 14.1.1.    | O constitucionalismo e os meios de proteção da Constituição ....   | 657        |
| 14.1.1.1.  | O constitucionalismo.....  | 657        |
| 14.1.1.2.  | A necessidade de criação de um mecanismo de<br>proteção da Constituição .....  | 659        |
| 14.1.2.    | A proteção jurisdicional da Constituição .....   | 661        |
| 14.1.2.1.  | O controle concentrado de constitucionalidade...   | 662        |
| 14.1.2.2.  | O controle difuso de constitucionalidade.....  | 663        |
| 14.1.3.    | O recurso extraordinário brasileiro como instrumento<br>de aproximação entre os sistemas de controle de<br>constitucionalidade.....  | 666        |
| 14.1.3.1.  | O recurso extraordinário e a sua disciplina no<br>ordenamento jurídico brasileiro.....   | 667        |
| 14.1.3.2.  | Os efeitos da decisão em recurso extraordinário ....   | 669        |
| 14.1.3.3.  | O elo de aproximação entre os sistemas de controle<br>de constitucionalidade no Brasil .....   | 670        |
| 14.2.      | A omissão do legislador na regulamentação das políticas públicas<br>de incentivo à adoção e a atuação da jurisdição constitucional para<br>efetivação dos direitos fundamentais..... | 671        |
| 14.2.1.    | A Constituição e os direitos fundamentais .....  | 671        |
| 14.2.2.    | As normas de eficácia programática e a inconstitucionalidade<br>resultante de sua inobservância.....   | 673        |
| 14.2.3.    | A Constituição Federal de 1988 e as normas programáticas<br>em relação à adoção. A falta de norma regulamentadora do<br>art. 227, § 3º, VI, CF/88.....                               | 676        |
| 14.2.4.    | Possibilidade de ajuizamento de mandado de injunção para<br>colmatar o vácuo normativo do legislador.....  | 677        |

|  |            |
|--|------------|
| 14.3. A supressão de omissão inconstitucional por meio de interpretação constitucional: a ADO 26 e o MI 4.733 .....                                      | 679        |
| 14.3.1. A jurisdição constitucional, a decisão judicial e a interpretação constitucional .....   | 679        |
| 14.3.2. A ADO 26 e o MI 4.733.....   | 684        |
| 14.3.3. A decisão judicial como instrumento de efetivação de direitos fundamentais mediante a aplicação dos métodos interpretativos constitucionais..... | 687        |
| 14.4. A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre os poderes constituídos .....   | 693        |
| 14.4.1. A conduta omissiva do legislador .....   | 693        |
| 14.4.2. A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.....   | 697        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>709</b> |